



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Procedência: 8º GT Licenciamento Ambiental de Aqüicultura
Revisão Resolução 312/02
Data: 13 e 14/11/2007
Processo nº [02000.000348/2004-64](#)
Assunto: Licenciamento Ambiental de Aqüicultura

Proposta de Resolução
Com Emendas

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno,

~~Considerando a necessidade de uma regulamentação Federal específica sobre o licenciamento ambiental da aqüicultura;~~

~~Considerando a Resolução CONAMA nº 237 de 1997;~~ **(para melhorar a redação)**

~~Considerando o disposto na Resolução CONAMA nº 237 de 1997, que trata demanda a aplicação de medidas de gestão e controle ambiental no âmbito do licenciamento ambiental de atividades utilizadoras dos recursos naturais ou potencialmente poluidoras;~~ **(aprovada)**

~~Considerando a Lei nº 9433 de 08 de janeiro de 1997;~~ **(para melhorar a redação)**

~~Considerando o regime de que a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, conforme a Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, que tem como objetivos assegurar o controle qualitativo e quantitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água;~~ **aprovada**

~~Considerando a Resolução CONAMA nº 357 de 17 de março de 2005;~~ **(para melhorar a redação)**

~~Considerando o disposto na Resolução CONAMA nº 357 de 17 de março de 2005, que estabelece diretrizes e padrões para gerenciamento e controle dos recursos hídricos, visando a manutenção e melhoria da qualidade ambiental dos corpos d'água;~~ **(COPIAR EMENTA DA 357)**

~~Considerando o disposto na Resolução CONAMA nº 369 de 28 de março de 2006, que estabelece diretrizes para os casos excepcionais de intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente;~~

Considerando os benefícios nutricionais, sociais, econômicos e **ambientais** que estão geralmente associados ao desenvolvimento da aqüicultura, a propensão de expansão deste setor, e a necessidade da promoção de uma aqüicultura eficiente e responsável sob os aspectos ambientais e sociais; ~~(citar documento de origem – FAO)~~ **aprovada**

ANDRÉ+CNA: manutenção do termo “ambientais”(1º)

~~Considerando a necessidade de uma regulamentação Federal específica sobre o licenciamento ambiental da aqüicultura;~~ **(realocado para 1º considerando)**

~~Considerando a garantia de acesso aos diversos usos da água;~~

~~Considerando a necessidade de se estabelecer critérios para a atuação dos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com as respectivas competências;~~

~~Considerando o disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que tem dentre seus princípios a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais e o controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; **(aprovado)**~~

~~Considerando o disposto na Política Nacional de Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca e os fundamentos da sustentabilidade sócio-econômico e ambiental; **(aprovada)**~~

Proposta CNA

Considerando que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar conforme o inciso VIII do Art. 23 da Constituição Federal; **(DILIC/IBAMA e MMA pedem a retirada do considerando acima).**

~~Considerando que esta norma não se aplica à carcinicultura COSTEIRA, dada a existência de norma específica consolidada na Resolução CONAMA nº 312, de 10 de outubro de 2002 **(aprovado)**~~

~~Considerando a existência da Resolução CONAMA nº 312, de 10 de outubro de 2002, que trata do licenciamento ambiental da carcinicultura costeira, não incluindo os demais segmentos da aqüicultura;~~

~~Considerando o princípio de que a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais devem contribuir para o desenvolvimento econômico e social e para a erradicação da pobreza, resolve: **(CONSULTAR SUPLYCY)**~~

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer normas e procedimentos para o licenciamento ambiental da aqüicultura.

~~Art. 3º - Prevalerão sobre o disposto nesta Resolução as regulamentações específicas do CONAMA para a atividade de carcinicultura, em todos os seus sistemas de cultivo, bem como outras atividades de aqüicultura que já possuam norma federal específica.~~

~~(não houve consenso quanto a inclusão)~~

Art. 2º - Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Aqüicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático, implicando em propriedade de pessoa física ou jurídica do estoque sob cultivo e equiparada à atividade agropecuária.

Novo inciso – Área Aqüícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aqüicultura, individuais ou coletivos; **(aprovado)**

Novo inciso – Parque Aqüícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aqüícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas a outras atividades compatíveis com a prática de aqüicultura; **(aprovado)**

II - Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM) – Estudo sócio, técnico econômico de escala local utilizado para o planejamento e identificação de áreas propícias para o desenvolvimento da maricultura, através da consideração das necessidades de outros usuários dos recursos hídricos e costeiros e do emprego de uma abordagem participativa com as comunidades locais. **(aprovado)**

III - Formas jovens: sementes de moluscos bivalves, girinos, imagos, ovos, alevinos, larvas, pós-larvas, náuplios e mudas de algas marinhas destinados ao cultivo; **(aprovado)**

II - Unidade Geográfica Referencial (UGR) – a área abrangida por uma região hidrográfica ou, no caso de águas marinhas e estuarinas, faixas de águas litorâneas compreendidas entre dois pontos da costa brasileira.

São UGRs de águas continentais, as regiões hidrográficas definidas na Resolução do CNRH N° 32, de 15 de outubro de 2003, listadas abaixo:

- 1• Região Hidrográfica Amazônica
- 2• Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia
- 3• Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental
- 4• Região Hidrográfica do Parnaíba
- 5• Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental
- 6• Região Hidrográfica do Rio São Francisco
- 7• Região Hidrográfica Atlântico Leste
- 8• Região Hidrográfica Atlântico Sudeste
- 9• Região Hidrográfica Atlântico Sul
- 10• Região Hidrográfica do Uruguai
- 11• Região Hidrográfica do Paraná
- 1• Região Hidrográfica do Paraguai

São Unidades Geográficas Referenciais de águas estuarinas/marinhas brasileiras:

- 1• Norte – do Estado do Amapá até Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro
- 2• Sul – de Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro até o Estado do Rio Grande do Sul (**aprovado**)

~~IV – Espécie autóctone – espécie de origem e ocorrência natural na bacia hidrográfica em questão; **(para melhorar a definição)**~~

III - Espécie nativa ou autóctone – espécie de origem e ocorrência natural em águas da UGR considerada. **(aprovado)**

~~V – Espécie alóctone – espécie de não tenha origem e ocorrência natural na bacia hidrográfica em questão; **(para melhorar a definição)**~~

IV - Espécie exótica ou alóctone – espécie que não ocorre ou não ocorreu naturalmente na UGR considerada. **(aprovado)**

~~VI – Espécie nativa – espécie de origem e ocorrência natural no território nacional; **(para melhorar a definição)**~~

~~VII – Espécie Exótica – espécie alóctone oriunda de outros países; **(para melhorar a definição)**~~

~~(Cada: espécie de origem e ocorrência natural em águas de bacias hidrográficas que nem em parte estão contidas no território nacional, No caso de espécies marinhas, aquelas que não ocorrem naturalmente no mar territorial brasileiro).~~

~~VIII – Espécies estabelecidas: aquelas cujo cultivo esteja devidamente permissionado pelo órgão ambiental competente que já constituíram populações em reprodução, aparecendo na pesca extrativa; **(para melhorar a definição)**~~

VIII – Espécies estabelecidas: aquelas identificadas e listadas em regulamento específico, passíveis de uso na aqüicultura. **(aprovado)**

~~IX – Capacidade de suporte do meio: carga efluente volume máxima aportada ao corpo hídrico que não altera os padrões estabelecidos para enquadramento dos corpos d'água conforme estabelecido em norma específica pode ser produzido via cultivo num determinado corpo hídrico, respeitado os padrões ambientais vigentes. **(para adequar a definição de acordo com a Resolução CONAMA 357, de 17 de março de 2005)**~~

Proposta ANA

IX - Capacidade de suporte do meio: carga máxima aportada ao corpo hídrico que permita o atendimento aos padrões ambientais estabelecidos para a classe de uso, em que estiver enquadrado. **(aprovado)**

X - Manifestação prévia do órgão gestor de recursos hídricos: qualquer ato administrativo emitido pela autoridade outorgante competente, inserido no procedimento de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos, que corresponda à outorga preventiva ou à declaração de reserva de disponibilidade hídrica, como definidas na Lei nº 9.984, de 2000, destinada a reservar vazão passível de outorga, possibilitando aos investidores o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos. **(aprovado)**

~~XI – Outorga de direito de uso de recursos hídricos: ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante competente faculta ao requerente o direito de uso dos recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e condições expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes.~~

XII – Licenciamento Ambiental Simplificado: conjunto de procedimentos e exigências requeridas aos empreendimentos aqüícolas de Pequeno Porte e de baixo e médio potencial de impacto, enquadrados conforme os critérios e restrições constantes desta Resolução. **(aprovado)**

XIII – Porte do Empreendimento Aqüícola: classificação dos projetos de aqüicultura utilizando como critério mínimo a área efetivamente ocupada pelo empreendimento, com definição de **classes faixas** correspondentes a pequeno, médio e grande porte. **(aprovado)**

XIV – Potencial de Impacto do empreendimento aqüícola: critério básico utilizado para estimativa qualitativa do grau gerador de impacto ambiental do empreendimento, usando parâmetros relativos à ~~origem da~~ espécie e ao sistema de cultivo desenvolvido. **(aprovado)**

XV – Sistema de Cultivo: conjunto de características ou processos de produção utilizados por empreendimentos aqüícolas, sendo dividido, ~~de forma geral,~~ nas modalidades Intensiva, Semi-Intensiva e Extensiva. **(aprovado)**

XVI – Sistema de Cultivo Intensivo: sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem integralmente da oferta de alimento **artificial**, tendo como uma de suas características a alta densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada. **(aprovado)**

XVII – Sistema de Cultivo Semi-Intensivo: sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem **principalmente** da oferta de alimento **artificial**, ~~mas~~ podendo buscar suplementarmente o alimento natural disponível, e tendo como característica a média ou baixa densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada. **(aprovado)**

~~XVIII – Sistema de Cultivo Extensivo: sistema de produção com inexistência de oferta artificial de alimento aos espécimes cultivados, sendo que estes sobrevivem do alimento natural disponível, e tendo como característica a baixa densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada.~~

XVIII - Sistema de Cultivo Extensivo: sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem principalmente de alimento natural disponível, podendo receber complementarmente alimento artificial e tendo como característica a média ou baixa densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada. **(aprovado)**

~~Art. 3º – O licenciamento ambiental de empreendimentos aqüícolas localizados em águas de domínio da União será realizado pelo órgão ambiental competente, nos níveis municipal, estadual e federal, observado~~

o Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 e seus regulamentos, especialmente quanto à obtenção de autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União.

Art. 3º - O licenciamento ambiental de empreendimentos aquícolas localizados em águas de domínio da União será realizado pelo órgão ambiental competente, seguidas as normas específicas para a obtenção de autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União. **(aprovado)**

Parágrafo único - A licença prévia ambiental deverá ser apresentada ao órgão responsável à Secretaria de Patrimônio da União - SPU, para obtenção da autorização referida no caput. **(aprovado)**

PAROU AQUI 14/11 - O GRUPO ESTÁ REALIZANDO UMA VISTA COMPLETA EM TODA A RESOLUÇÃO: MOVIMENTAÇÃO E RENOMEAÇÃO DAS TABELAS

Art. XX O licenciamento de empreendimentos aquícolas deverá observar os critérios de porte e de potencial de impacto definidos nas tabelas a seguir:

Tabela 1:

	CARCINICULTURA DE ÁGUA DOCE* e <u>Piscicultura em viveiros escavados</u> Área (ha)	<u>Piscicultura em tanques-rede</u> ou tanque-revestido*** Volume (m³)	<u>Ranicultura</u> Área (m²)	<u>Malacocultura</u> Área (ha)	<u>Algicultura e MALACOCULTURA**</u> Área (ha)
PORTE					
PEQUENO	< 5	≤ 1.000	≤ 400	< 5	≤ 10
MÉDIO	5 a 50	1.000 a 5.000	400 a 1.200	5 a 30	10 a 40
GRANDE	> 50	> 5.000	> 1.200	> 30	> 40

*DISSENSO SBF/MMA E IBAMA

** PROPOSTA RUY-FEAQ-SC

*** IBAMA: observar carcinicultura (marinha e doce) em tanque-rede

Tabela 2:

Potencial de Impacto		Espécie Utilizada			
		Autóctone ou nativa		Alóctone ou exótica	
		Não-Carnívora	Carnívora	Não-Carnívora	Carnívora
Sistema de cultivo	Extensivo	B	B	M	M
	Semi-Intensivo	B	M	M	A
	Intensivo	M	M	A	A

Art. 4º - O órgão ambiental licenciador definirá o grau de exigibilidade do licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura conforme o porte, **definido na tabela abaixo**, e o potencial de impacto ambiental do empreendimento, obedecendo ao disposto nesta Resolução.

~~§ 1º A classificação de porte dos empreendimentos deverá ser estabelecida pelo órgão ambiental competente, devendo ser específica para cada tipologia, com definição de faixas correspondentes a pequeno, médio e grande porte, utilizando como critério mínimo a área efetivamente ocupada pelo empreendimento.~~

§ 2º Empreendimentos aquícolas de pequeno porte e de baixo e médio potencial de impacto poderão, a critério do órgão ambiental competente, ser licenciados por meio de procedimento de licenciamento ambiental simplificado, desde que **observados** ~~obedecidos~~ os seguintes critérios e exigências:

I - não estejam em regiões de adensamento de cultivos aquícolas, assim definido pelo órgão licenciador;

II – a capacidade de suporte dos ambientes aquáticos **dulcícolas públicos** não seja ultrapassada, conforme definição do órgão competente;

~~III – não venha conflitar com os demais usos do corpo de água;~~

~~IV – localização fora dos limites de unidade de conservação de uso sustentável; e~~

~~V – localização fora dos limites da zona de amortecimento de unidade de conservação, definida pelo Plano de Manejo ou instrumento específico de seu Órgão Gestor, ou na ausência deste, fora de sua área circundante, definida em 10 quilômetros dos limites da unidade de conservação, conforme legislação vigente.~~

PAROU AQUI – 10/09

~~§ 3º Empreendimentos aquícolas de pequeno porte e de baixo potencial de impacto poderão ainda ser dispensados de licenciamento ambiental, a critério do órgão ambiental competente, e desde que atendam a todos os seguintes critérios:~~

~~I – finalidade exclusivamente para subsistência;~~

~~I – **Atendam aos critérios estabelecidos no PRONAF D;**~~

~~I – finalidade exclusivamente para comércio local~~

~~I – finalidade exclusivamente para grupos que atendam aos critérios de aptidão do PRONAF~~

~~II – enquadramento como Baixo Potencial de Impacto conforme Artigo 7º desta Resolução;~~

~~III – não implicação em supressão de Área de Preservação Permanente; e **ou intervenção ou supressão de vegetação, eventual e de baixo impacto ambiental, em APP, conforme Art. 10 da Resolução CONAMA 369/2006.**~~

~~IV – Apresentação da declaração das informações técnicas requisitadas nos incisos I, II e III acima, sob pena de responsabilidade e sanções em caso de informações falsas ou enganosas.~~

§ 3º Empreendimentos aquícolas de pequeno porte e de baixo potencial de impacto poderão ainda ser dispensados de licenciamento ambiental, a critério do órgão ambiental competente e desde que atenda aos Art. 10 e 11 da Resolução CONAMA 369/2006. (exclusão de todos os incisos)

I – A isenção do licenciamento ambiental não desobriga o interessado a providenciar o seu Registro de Aquicultor e inscrição no Cadastro Técnico Federal. (aprovado)

~~§ 4º – Em casos de projetos de aquicultura que demandem a construção de lagoas artificiais ou açudes para sua efetivação, não se aplica a dispensa do licenciamento prevista no parágrafo anterior. **(para revisar o texto de acordo com a Resolução CONAMA 302, de 20 de março de 2002)**~~

§ 4º Em casos de projetos de aquicultura que demandem a construção de novos barramentos de cursos d'água para sua efetivação, não se aplica a dispensa do licenciamento prevista no parágrafo anterior. **(aprovado)**

~~§ 5º Nos casos de licenciamento previsto no artigo 3º, será fornecida pelo órgão ambiental licenciador uma única licença, denominada Licença Ambiental Simplificada – LAS, a qual permitirá a instalação e a operação do empreendimento aquícola de pequeno porte. **Transposto para inciso I, parágrafo 2º do Art. 6º.**~~

Proposta CNA – novo § - para os projetos de pequeno porte e baixo potencial de impacto haverá isenção do pagamento das taxas ambientais. **(Consultar a CTAJ)**

Proposta do Grupo – retirada do parágrafo

Art. 5º O Potencial de Impacto (B=baixo; M= médio; A= alto) do empreendimento aquícola será definido conforme a relação entre a espécie utilizada e o tipo de sistema de cultivo utilizado pelo empreendimento observando no mínimo os critérios estabelecidos na tabela ~~2~~ abaixo:

(TABELA MOVIDA PARA NOVO ARTIGO ANTERIOR)

§ 1º Na possibilidade de empreendimentos aquícolas com proposição de cultivo de várias espécies, será utilizado, para fins de enquadramento na tabela acima, o caso mais restritivo em termos ambientais.

(novo parágrafo) – os empreendimentos que utilizem policultivo ou sistemas integrados que demonstrem a melhor utilização dos recursos e a redução de resíduos sólidos e líquidos, bem como os que possuem sistemas de tratamentos de efluentes ou apresentem sistemas de biossegurança poderão ser enquadrados em classes de menor impacto. **(aprovado)**

Art. 6º Para definição dos procedimentos de licenciamento ambiental, os empreendimentos de aquicultura serão enquadrados em nove classes conforme a relação entre o porte, ~~definido pelo órgão ambiental competente,~~ segundo o artigo 4º, ~~§1~~ desta Resolução, e o potencial de impacto ambiental do empreendimento indicado na Tabela abaixo: **(subgrupo trará minuta do art na próxima reunião)**

Classes		Potencial de Impacto		
		Baixo (B)	Médio (M)	Alto (A)
Porte	Pequeno (P)	PB	PM	PA
	Médio (M)	MB	MM	MA
	Grande (G)	GB	GM	GA

§ 1º Categoria PB: empreendimento passível de dispensa de licenciamento ambiental, desde que obrigatoriamente atenda a todos os critérios constantes do Artigo 4º, § 3 desta Resolução.

§ 2º Categorias PM e MB: empreendimentos que poderão ser objeto de licenciamento ambiental simplificado, a critério do órgão ambiental competente, desde que atendido o Artigo 4º § 2º, conforme critérios mínimos constantes do Anexo III.

I - Nos casos de licenciamento previsto no artigo 3º, será fornecida pelo órgão ambiental licenciador uma única licença, denominada Licença Ambiental Simplificada – LAS, a qual permitirá a instalação e a operação do empreendimento aquícola de pequeno porte.

§ 3º Categoria GA: serão licenciados com base em Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme termo de referência a ser definido pelo órgão ambiental competente, durante o processo de licenciamento.

§ 4º Demais categorias: serão licenciados com exigência de Plano de Controle Ambiental (PCA), conforme critérios mínimos constantes do Anexo IV, ou com exigência de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, a critério do órgão competente.

Art. 7º O processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura deverá seguir as

seguintes etapas:

I - Apresentação pelo empreendedor de requerimento de licenciamento ambiental, ~~com juntada dos documentos e~~ **das** informações constantes do Anexo I e II desta Resolução;

~~II - Verificação pelo Órgão Licenciador do enquadramento nos parâmetros elencados no artigo 4º, bem como classificação do empreendimento aquícola nos casos e categorias constantes da Tabelas dos Artigos 5º e 6º;~~

II - classificação do empreendimento aquícola pelo órgão ambiental nos casos e categorias constantes da Tabelas dos Artigos 5º e 6º. (aprovado)

~~III - Para os casos onde não seja constatada a possibilidade de realização de licenciamento simplificado, estando o empreendimento classificado nas demais categorias da Tabela de Art. 6º, o Órgão ambiental requisitará os estudos ambientais necessários. (melhorar redação)~~

~~Art. 8º Na ampliação de empreendimentos de aquíicultura serão exigidos estudos ambientais complementares referentes à nova categoria em que será classificado, com base nesta Resolução.~~

Art. 8º Na ampliação de empreendimentos de aquíicultura deverão ser apresentados estudos ambientais referentes à categoria em que for classificado, com base nesta Resolução. (aprovado)

~~Art. 9º Os Órgãos Estaduais competentes adequarão os seus procedimentos ao disposto nesta Resolução num prazo de 180 dias, prorrogável por igual período.~~

Art. 10 A implantação de empreendimentos de aquíicultura atenderá a legislação pertinente quanto às restrições a ocupação de Área de Preservação Permanente.

Art.11 A edificação de instalações complementares ou adicionais sobre o meio aquático ou na área terrestre contígua ao recurso hídrico, assim como a permanência no local de ~~quaisquer~~ equipamentos ~~desde que~~ ~~estritamente~~ indispensáveis, só será permitida quando previamente caracterizadas no memorial descritivo do projeto e devidamente autorizada pelos órgãos competentes. **(aprovado)**

~~Art. 12 Na exploração da aquíicultura será permitida a utilização de espécies autóctones ou de espécies alóctones, conforme previsto em ato normativo federal específico.~~

Art. 12 A atividade de aquíicultura somente será permitida quando houver a utilização de espécies autóctones/nativas ou de espécies alóctones/exóticas constantes em ato normativo federal específico. (aprovado)

Art. 13 A emissão de licenças ambientais para empreendimentos de aquíicultura em unidade de conservação ou em seu entorno deverá ser precedida ~~pele~~ **de autorização** ~~anuência~~ do Órgão Gestor da Unidade de Conservação. **(aprovado)**

~~Art 14 A ocupação e instalação em Zona Costeira de empreendimentos de aquíicultura devem obedecer aos critérios e limites definidos em pelo menos um dos instrumentos de planejamento a seguir:~~

- ~~I - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro;~~
- ~~II - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e,~~
- ~~III - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro; e,~~

~~Parágrafo Único: Em caso de inexistência destes instrumentos, ato normativo do Ministério do Meio Ambiente estabelecerá os critérios e restrições a serem seguidos para ocupação da Zona Costeira por empreendimentos aquícolas. (Ver melhor este parágrafo)~~

(outra versão) Art 14 A ocupação e instalação em Zona Costeira de empreendimentos de aquíicultura em Zona Costeira deve observar obedecer a os critérios e limites definidos no Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM), em pelo menos um dos instrumentos de planejamento, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

Proposta IBAMA - parágrafo único - Além do disposto no caput, deverão ser observadas normas e procedimentos estabelecidos pelos órgãos de gestão do uso dos recursos pesqueiros. **(aprovado)**

- ~~I - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro;~~
- ~~II - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro;~~
- ~~III - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro; e,~~
- ~~IV - Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM).~~

Art.15 O uso de formas jovens na aqüicultura somente será permitido: **(aprovado)**

I - quando advierem de **fornecidas por** laboratórios registrados junto ao órgão federal de fomento da aqüicultura e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e devidamente licenciados ~~junto~~ **ao** ~~pelo~~ Órgão Ambiental competente;

II - quando extraídas de ambiente natural e autorizado na forma estabelecida na legislação pertinente;

~~III - quando obtidas por meio de fixação natural em coletores artificiais de moluscos bivalves, devidamente autorizado pelos órgãos competentes.~~

III - quando se tratar de moluscos bivalves obtidos por meio de fixação natural em coletores artificiais, devidamente autorizados pelos órgãos competentes.

§1º A hipótese prevista no inciso II somente será permitida quando se tratar de moluscos bivalves, e algas macrófitas **ou de outros organismos, quando excepcionalmente autorizados pelo órgão ambiental competente.**

~~§2º A hipótese prevista no inciso III somente será permitida quando se tratar de moluscos bivalves.~~

§3º O aqüicultor é responsável pela comprovação da origem das formas jovens introduzidas nos cultivos.

~~Art. 16 Os empreendimentos de aqüicultura autorizados deverão observar a legislação de controle sanitário vigente.~~

~~Art. 17 A implantação da sinalização náutica, bem como das estruturas de cultivo obedecerá aos parâmetros estabelecidos pela Autoridade Marítima.~~

~~Art. 18 Os empreendimentos aqüícolas deverão dispor de placas de fácil visualização identificando: número de registro do aqüicultor, da outorga de recurso hídrico, e da licença ambiental, com prazo de validade.~~

Art. 18 Os empreendimentos aqüícolas deverão dispor de placa de fácil visualização identificando o número de registro do aqüicultor e, quando couber, da outorga de recurso hídrico e da licença ambiental, com prazo de validade. **(aprovado)**

~~Art. 19 Os órgãos ambientais competentes deverão promover o controle e a fiscalização da implantação dos empreendimentos de aqüicultura, de forma a evitar que o adensamento de empreendimentos que utilizem o mesmo corpo hídrico ocasionem impactos que comprometam sua qualidade ambiental.~~

Art. 20. O IBAMA realizará o licenciamento ambiental de empreendimentos de aqüicultura com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional, conforme disposto no Art. 10 da Lei nº 6938/1981, de 31 de agosto de 1981.

Parágrafo único: Nos demais casos, os Órgãos Estaduais **ou Municipais** de Meio Ambiente realizarão o licenciamento ambiental de empreendimentos de aqüicultura, inclusive nos corpos de água de domínio da União. **(aprovado)**

Art. 21 - Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para empreendimentos de pequeno porte em regiões adensadas com atividades similares, ~~ou nos casos previstos abaixo,~~ desde que definida o responsável legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.

~~I – Parques aquícolas marinhos previstos nos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM);~~

~~II – Parques aquícolas continentais delimitados pela SEAP/PR, ou órgão por ela delegado;~~

Parágrafo único - O licenciamento ambiental de parques aquícolas será efetivado em processo administrativo único e a respectiva licença ambiental englobará todas as áreas aquícolas. **(aprovado)**

Art. 22 O órgão ambiental **competente** ~~licenciador~~ deverá exigir, no processo de licenciamento ambiental, os seguintes documentos expedidos pelo Órgão Gestor de Recursos Hídricos, quando couber:

I – manifestação prévia, na fase de licença ambiental prévia;

II – outorga de direito de uso de recursos hídricos na fase de licença ambiental de operação.

Parágrafo único. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser exigida na fase da licença ambiental de instalação, se houver utilização de água nesta fase, ou no caso de não ter sido solicitada a manifestação prévia. **(aprovado)**

PAROU AQUI – 11/09

Art. 23 Os empreendimentos de aquíicultura, quando necessário, deverão implantar mecanismos de tratamento e controle de efluentes que garantam os parâmetros estabelecidos no ato de outorga de direito de uso de recursos hídricos ou de uso insignificante.

Parágrafo único: os empreendimentos em que seja tecnicamente necessário qualquer mecanismo de tratamento ou controle de efluentes deverão apresentar ao órgão licenciador projeto compatível com o disposto no caput deste artigo.

~~Art. 23 A critério do órgão ambiental licenciador, os projetos de aquíicultura que utilizem viveiros e tanques de terra, concreto ou de outros materiais deverão implantar sistemas de tratamento e controle dos efluentes ou utilizar a água em regime de recirculação, quando necessário;~~

~~Parágrafo único: A água utilizada pelos empreendimentos da aquíicultura deverá retornar ao corpo de água de qualquer classe atendendo as condições definidas pela Resolução do CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. **(sem consenso)**~~

~~Parágrafo único: A água utilizada pelos empreendimentos da aquíicultura deverá retornar ao corpo de água atendendo no mínimo as condições para lançamento de efluentes definidas pela Resolução do CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.~~

~~Parágrafo único: A água utilizada pelos empreendimentos da aquíicultura deverá retornar ao corpo de água, no mínimo, nas mesmas condições da água captada.~~

~~Art. 24 O órgão ambiental licenciador deverá exigir do empreendedor a adoção de medidas de prevenção e controle de fugas das espécies cultivadas, notadamente de espécies alóctones, devendo estas medidas constar como condicionantes das licenças emitidas.~~

Art. 24 O órgão ambiental licenciador poderá, quando tecnicamente justificada, exigir do empreendedor a adoção de medidas, econômica e tecnologicamente viáveis, de prevenção e controle de fugas das espécies cultivadas, devendo estas medidas constar como condicionantes das licenças emitidas.

~~Art. 25 Deverá ser exigido ao empreendedor pelo Órgão Licenciador padrões construtivos que reduzam as possibilidades de erosão, a infiltração e a percolação de água em caso de empreendimentos aquícolas em ambiente terrestre.~~

Art. 25 Deverá ser exigido pelo Órgão Licenciador que o empreendedor adote padrões construtivos viáveis, que reduzam as possibilidades de erosão e rompimento de taludes em caso de empreendimentos aquícolas em ambiente terrestre.

~~Art. 25 O órgão ambiental licenciador deverá exigir do empreendedor a adoção de padrões e técnicas construtivas que reduzam os riscos de erosão e de infiltração e percolação da água para o lençol freático.~~

LABORATÓRIOS

(SERÁ ELABORADO UM ANEXO PARA LABORATÓRIOS)

Parou aqui – dia 13/11/07

~~Art. 26 Para a emissão da Licença Prévia (LP) de laboratórios de produção de formas jovens de organismos aquáticos será exigida a relação de todos os produtos veterinários, antibióticos, químicos e fertilizantes rotineiramente utilizados no processo produtivo, acompanhada de um plano de controle, indicando a forma de armazenamento, utilização e descarte para cada produto a ser empregado, que deverá atender à legislação específica.~~

(SERÁ APRESENTADA NOVA PROPOSTA PELO REPRESENTANTE DA GNA)

~~Art. 27 Para a emissão da Licença de Instalação (LI) de laboratórios de produção de formas jovens de organismos aquáticos será exigida a apresentação de um Plano de Monitoramento Ambiental – PMA e, quando necessário, um projeto de tratamento dos efluentes do empreendimento.~~

~~Parágrafo único: a critério do órgão ambiental competente o Plano de Monitoramento Ambiental PMA poderá ser realizado em conjunto por empreendimentos que afetem recursos hídricos comuns.~~

~~Art. 28 Para a emissão da Licença de Operação (LO) para laboratórios de produção de formas jovens de organismos aquáticos será exigido o Registro de Aqüicultor emitido pela Secretaria de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR.~~

~~Parágrafo único: (SEAP apresentará proposta com critérios para licenciamento simplificado de unidades produtoras de formas jovens)~~

~~Art. XX Para as etapas de licenciamento ambiental de unidades produtoras de formas jovens de organismos aquáticos deverá ser cumprido o disposto no termo de referência elaborado pelo órgão licenciador, observados os parâmetros e critérios elencados no Anexo XX, de acordo com a sua pertinência, sem prejuízo de outras informações que sejam consideradas relevantes.~~

~~Parágrafo Único: Para estruturas voltadas exclusivamente ao assentamento remoto de larvas para produção de sementes de bivalves e à fixação de esporos para produção de mudas ou talos de macroalgas, será realizado o licenciamento simplificado.~~

(SERÁ APRESENTADA UMA PROPOSTA NO TERMO DE REFERÊNCIA PELO IBAMA)——

Art. 27 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos aos processos de licenciamento em tramitação nos órgãos ambientais competentes.

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA SOLICITADA PARA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

- Requerimento de licenciamento ambiental do empreendimento.
- Cadastro por tipologia do empreendimento, corretamente preenchido pelo requerente (Anexo II).
- Cópia de identificação da pessoa jurídica (CNPJ) e do contrato social ou da pessoa física (CPF).
- Cópia das publicações do requerimento ~~solicitação~~ da licença ambiental.
- Certidão da Prefeitura Municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.
- Certidão de averbação de reserva legal, quando couber.
- Comprovação de propriedade, posse ou cessão da área do empreendimento.
- Comprovante de pagamento de taxa de licenciamento ambiental, quando couber.
- Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, quando couber.
- Projeto Técnico do empreendimento, acompanhado de anotação ou registro de responsabilidade técnica.
- Relatório Ambiental – RA conforme Anexo III.

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA LICENÇA PRÉVIA

- Requerimento de licenciamento ambiental do empreendimento.
- Cadastro por tipologia do empreendimento, corretamente preenchido. (Anexo II).
- Cópia de identificação da pessoa jurídica (CNPJ) e do contrato social ou da pessoa física (CPF).
- Cópia da publicação da solicitação da licença prévia.
- Certidão da Prefeitura Municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.
- Certidão de averbação de reserva legal, quando couber.
- Certidão Negativa de débitos junto aos Órgãos Ambientais Federais e Estaduais.
- Comprovação de propriedade, posse ou cessão da área do empreendimento.
- Comprovante de pagamento de taxa de licenciamento ambiental.
- Manifestação Prévia do Órgão Gestor de Recursos Hídricos, quando couber.
- Planta de localização da área do empreendimento, em escala adequada, com indicação das intervenções nas Áreas de Preservação Permanente.
- Anteprojeto Técnico do empreendimento, acompanhado de anotação ou registro de responsabilidade técnica.
- Estudo Ambiental do empreendimento.

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA SOLICITADA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

- Requerimento de licença de instalação do empreendimento.
- Cópia da licença prévia e da publicação de sua concessão em jornal de circulação regional e no diário oficial do estado.
- Cópia da publicação da solicitação da licença de instalação.
- Certificado de registro do imóvel ou contrato de arrendamento ou locação.
- Comprovante de pagamento de taxa de licenciamento ambiental
- Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras (IBAMA).
- Certidão Negativa de débitos junto aos Órgãos Ambientais Federal e Estadual.
- Autorização de desmatamento ou de supressão de vegetação, expedida pelo órgão ambiental competente, quando for o caso.
- Programas de controle e Monitoramento Ambiental do empreendimento.
- Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos se a intervenção no corpo hídrico ocorrer na fase de implantação do empreendimento, ou no caso de empreendimentos que não tenham Manifestação Prévia do Órgão Gestor de Recursos Hídricos.

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA SOLICITADA PARA LICENÇA DE OPERAÇÃO

- Requerimento de licença de operação do empreendimento.

- Comprovante do recolhimento da taxa ambiental referente a licença de operação ou para sua renovação.
- Cópia da publicação da concessão da Licença de Instalação.
- Cópia da publicação do pedido da Licença de Operação.
-
- Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras (IBAMA).
- Certidão Negativa de débitos junto aos Órgãos Ambientais Federal e Estadual.
- Cópia do alvará de funcionamento para o empreendimento, concedida pela Prefeitura Municipal.
- Comprovante de pagamento de taxa de licenciamento ambiental.
- Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.
- Cópia da Licença Ambiental de cada um dos laboratórios fornecedores das pós-larvas, alevinos e sementes, quando for o caso.
- Programa de Monitoramento Ambiental dos corpos hídricos

ANEXO II**INFORMAÇÕES A SEREM APRESENTADAS NAS SOLICITAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS AQUÍCOLAS**

1. Dados cadastrais			
1.1. Nome ou Razão Social:			1.2. CPF/CNPJ:
1.3. Endereço (nome do logradouro seguido do número):			
1.4. Distrito/Bairro:			1.5. Caixa postal:
1.6. CEP:	1.7. Município:		1.8. UF:
1.9. Telefone:	1.10. Telefone celular:	1.11. Fax:	
1.12. Endereço eletrônico (E-mail):			1.13. Site (URL):
1.14. Nome do representante legal			1.15. Nº Registro no Cadastro Técnico Federal / IBAMA:
1.16. E-mail do representante			1.17. Cargo:
1.18. CPF:	1.19. Nº da identidade:		1.20. Órgão emissor / UF:

2. Dados cadastrais do responsável técnico do projeto			
2.1. Nome completo:			2.2. CPF:
2.3. Endereço residencial (logradouro / número):			2.4. Bairro:
2.5. Caixa postal:	2.6. CEP:		2.7. Município:
2.9. Telefone:		2.10. Telefone celular:	2.8. UF:
2.9. Telefone:		2.11. Fax:	
2.12. Endereço eletrônico (E-mail):			
2.13. Registro Profissional:			2.14. Nº Registro no Cadastro Técnico Federal / IBAMA:
2.15. Nº da identidade:			2.16. Órgão emissor/ UF :
2.17. Tipo de vínculo do Responsável Técnico : Funcionário Consultor Colaborador			

3. Localização do Projeto			
3.1. Nome do Local:		3.2. Município:	3.3. UF:
3.4. Nome do Corpo Hídrico:			3.5. Administrador do Corpo Hídrico:
3.6. Tipo: () Rio () Reservatório / Açude () Lago / Lagoa Natural () Estuário () Mar () cultivo em área terrestre			

3.7. Área da Poligonal: _____m ²	3.8. Profundidade média do local:
---	-----------------------------------

Coordenadas dos vértices do perímetro externo da área

3.9. Coordenadas geográficas (UTM ou Coordenadas Geográficas)

No Vértice	Longitude	Latitude	No Vértice	Longitude	Latitude

3.10. Datum Horizontal: () SAD-69 () WGS-84

3.12. Datum Horizontal: SAD-69

3.11. Justificativa da escolha do local

4. Sistema de Cultivo

4.1. O cultivo será realizado em sistema: () intensivo () semi-intensivo () extensivo

4.2. Atividade

() Piscicultura em Tanque-Escavado	() Piscicultura de Tanque-Rede	() Malacocultura	() Alginocultura	() Ranicultura
-------------------------------------	---------------------------------	-------------------	-------------------	-----------------

() Cultivo de peixes ornamentais	() Produção de formas jovens	() Pesque-Pague	() Outras: _____
-----------------------------------	-------------------------------	------------------	-------------------

4.3. Engorda

4.3.1. Código da Espécie	4.3.2. Área de cultivo (m ²)	4.3.3. Produção (t/ano)	4.3.4. Conversão Alimentar (CA)	4.3.5. Nº de ciclos/ano
--------------------------	--	-------------------------	---------------------------------	-------------------------

4.3.6. Total

4.3.7. Quantidade de fósforo contido na ração (kg/t):

4.3.8. Nível de alteração genética dos indivíduos a serem cultivados em relação aos silvestres:

() nenhuma	() triploídes	() poliplóides	() transgênicos	() revertidos sexualmente
-------------	----------------	-----------------	------------------	----------------------------

() híbridos	-	() outro tipo de alteração	-
_____		_____	

4.4. Produção de Formas Jovens		
4.4.1. Código da Espécie	4.4.2. Área de cultivo (m ²)	4.4.3. Produção (milheiro/ano)
4.4.4. Total		

5. Caracterização dos dispositivos a serem instalados

5.1. Estrutura de Cultivo:			
() Tanques-redes/gaiolas	() Estacas/varal/tomateiro	() Long-lines	() Rack/tabuleiro
() Mesas	() Cultivo de fundo	() Balsas	() Outros: _____

5.2 Especificações					
5.2.1. Tipo de dispositivo	5.2.2. Quantidade	5.2.3. Forma	5.2.4. Dimensões	5.2.5. Área (m ²)	5.2.6. Volume útil (m ³)

5.3 Material utilizado na confecção				
5.3.1. Tipo de dispositivo	5.3.2. Estrutura	5.3.3. Rede / malha	5.3.4. Estrutura de flutuação	5.3.5. Estrutura de ancoragem

MANUAL DE PREENCHIMENTO

4.3.1		Código da Espécie		Informar o código da espécie conforme relação abaixo	
Código	Nome comum	Nome científico	Código	Nome comum	Nome científico
PO1	Bagre africano.	<i>Clarias gariepinus</i>	PO2	Bagre canal do (catfish).	<i>Ictalurus punctatus</i>

PO3	Carpa cabeça grande	<i>Aristichthys nobilis</i>	PO4	Carpa comum/húngara	<i>Cyprinus carpio</i>
PO5	Carpa capim	<i>Ctenopharingodon idella</i>	PO6	Carpa prateada.	<i>Hypophthalmichthys sp</i>
PO7	Curimatá/curimbatá/curimatã.	<i>Prochilodus sp</i>	PO8	Jundiá	<i>Rhamdia sp</i>
PO9	Matrinchã	<i>Brycon cephalus</i>	PO10	Pacu caranha.	<i>Piaractus mesopotamicus</i>
PO11	Piauçu.	<i>Leporinus sp</i>	PO12	Piau verdadeiro	<i>Leporinus sp</i>
PO13	Pintado/surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum / coruscans</i>	PO14	Pirapitinga	<i>Colossoma bidens</i>
PO15	Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	PO16	Tambacu	<i>Colossoma macropomum</i> x <i>Piaractus mesopotamicus</i>
PO17	Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	PO18	Tilápia do Nilo	<i>Oreochromis niloticus</i>

PO19	Outras tilápias	PO20	Truta	<i>Oncorinchus mykiss</i>	
PO21	Outros peixes não-ornamentais	PO22	Peixes ornamentais		
C23	Camarão gigante da Malásia	<i>Macrobrachium rosenbergi</i>	C24	Camarão marinho	<i>Litopenaeus vannamei</i>
C26	Outros crustáceos				
M27	Mexilhão	<i>Perna perna</i>	M28	Ostra do Pacífico	<i>Crassostrea gigas</i>
M29	Ostra do mangue	<i>Crassostrea rhizophorae</i>	M30	Outras ostras	
M31	Vieira	<i>Nodipecten nodosus</i>	M32	Outros moluscos	

A33	Alga	<i>Gracilaria sp.</i>	A34	Alga	<i>Kappaphycus sp.</i>
A35	Outras algas	R36	Rã-touro	<i>Rana catesbiana</i>	
R37	Outros anfíbios				
OBS: No caso do cultivo de espécies não relacionadas na tabela acima, utilize um desses códigos (PO19, PO21, C25, C26, M30, M32 A35 e R37) e informe o nome comum e científico da espécie no campo 4.3.1, além do código utilizado.					
4.3.2	Área de cultivo (m2)			Informe a área total destinada para o cultivo da espécie em metros quadrados, considerando inclusive o espaço entre as estruturas,.	
4.3.3	Produção (t/ano)			Informe a produção anual da espécie cultivada em toneladas	
4.3.4	Conversão Alimentar (CA)			Informe a conversão alimentar esperado para a espécie em questão.	
4.3.5	Nº de ciclos/ano			Informe o número de ciclos por ano esperados para a espécie em questão.	
4.3.6	Total			Informe a área e a produção total esperadas para o cultivo da espécie em questão.	
4.3.	Quantidade de fósforo contido			Informe a quantidade de fósforo contido na	

7	na ração (kg/t):	ração em quilos por tonelada.
4.3.8	Nível de alteração genética dos indivíduos a serem cultivados em relação aos silvestres	Assinalar a(s) alternativa(s) que corresponda(m) ao nível de alteração genética dos indivíduos cultivados em relação aos silvestres.
4.4	Produção de Formas Jovens	Preencha os campos conforme especificação individual
4.4.1	Código da Espécie	Informe o código da espécie conforme o item 4.3.1

4.4.2	Área de cultivo (m2)	Informe a área total a ser utilizada para a produção de formas jovens da espécie em questão em metros quadrados, considerando inclusive o espaço entre as estruturas.
4.4.3	Produção (milheiro/ano)	Informe o valor da produção de formas jovens da espécie em questão em milheiros por ano
4.4.4	Total	Informe a área e a produção total esperados para o cultivo.
4.5	Formas a serem utilizadas para minimização das perdas de ração para o ambiente	Informar as formas a serem utilizadas para minimizar as perdas de ração para o ambiente durante o período de cultivo.
4.6	Quantidade aproximada de resíduos sólidos a serem gerados por tonelada de organismos cultivados (fezes, restos de alimentos e outros que se fizerem necessários)	Informar a quantidade aproximada de resíduos sólidos a serem gerados por tonelada de organismos cultivados (fezes, restos de alimentos e outros que se fizerem necessários).
4.7	Métodos de controle da disseminação de espécies exóticas e alóctones a serem empregados durante o cultivo (quando couber)	Informar os métodos de controle da disseminação de espécies exóticas e alóctones a serem empregados durante o cultivo (quando couber)
4.8	Uso de substâncias de valor profilático ou terapêutico, com registros legais.	Informar quanto ao uso de substâncias de valor profilático ou terapêutico, com registros legais durante o cultivo.
4.9	Técnicas de contingenciamento para controle de pragas e doenças	Informar as técnicas de contingenciamento para controle de pragas e doenças que serão usadas no cultivo.
5. Caracterização dos dispositivos a serem instalados		

5.1	Estrutura de Cultivo	Assinalar o(s) tipo(s) de estrutura(s) que será(ão)
-----	----------------------	---

		utilizado(s) no cultivo.
5.2	Especificações	Preencher os campos conforme especificação individual
5.2.1	Tipo de dispositivo	Preencher com o nome do dispositivo assinalado no item 5.1
5.2.2	Quantidade	Informar a quantidade de dispositivos utilizados
5.2.3	Forma	Informar a forma do dispositivo a ser utilizado (quadrado, redondo, retangular, etc)
5.2.4	Dimensões	Informar as dimensões dos dispositivos em metros (comprimento X largura X altura).
5.2.5	Área (m ²)	Informar da área do dispositivo usado em metros quadrados.
5.2.6	Volume útil (m ³)	Informar o volume útil do dispositivo usado em metros cúbicos.
5.3	Material utilizado na confecção	Informar o material usado na confecção do dispositivo
5.3.1	Tipo de dispositivo	Preencher com o nome do dispositivo assinalado no item 5.1
5.3.2	Estrutura	Informar o material que será utilizado na confecção da estrutura do dispositivo (madeira, aço, PVC, etc), com respectivas medidas. No caso de long-lines,

		informar o material utilizado na confecção do cabomestre com respectiva medida.
5.3.3	Rede / malha	Informar o material que será utilizado na confecção da rede do dispositivo (PVC, polipropileno, etc), com respectivas medidas de malha. No caso de long-lines, informar qual material será utilizado na confecção de lanternas (com número de andares e tipo de bandejas) e de cordas com respectivas medidas de comprimento e largura.
5.3.4	Estrutura de flutuação	Informar qual será o tipo de estrutura de flutuação e o material do qual é feita.
5.3.5	Estrutura de ancoragem	Informar qual será o tipo de estrutura de

ancoragem utilizada e o material do qual é feita.

No caso de as especificações serem muito extensas anexar as informações em folha extra.

ANEXO III

RELATORIO AMBIENTAL – RA EMPREENDIMENTOS AQUICOLAS

1- Apresentação dos Dados do empreendedor e do Responsável Técnico do empreendimento

2- Mapeamento com localização do empreendimento, com seu georreferenciamento, indicação do projeto e cursos hídricos, Áreas de Preservação Permanente, e croquis de acesso;

3 – Características técnicas do empreendimento

- Exposição quali-quantitativa da mão-de-obra a ser utilizada;
- Descrição e justificativa da distribuição e do número de estruturas de cultivos propostos;
- Métodos e técnicas de povoamento e manejo alimentar (periodicidade da oferta, nível protéico da ração, taxa de assimilação protéica, taxa de conversão alimentar esperada e mecanismos para evitar perdas da ração, etc), quando couber;
- Manejo das estruturas de cultivo durante o processo de produção;
- Métodos e técnicas de despesca;
- Métodos de controle da disseminação de espécies exóticas e alóctones, quando couber;

- Parâmetros monitorados – indicar pontos de coleta e parâmetros, valores limites e técnicas de determinação utilizadas para o monitoramento da qualidade da água.

4 - Caracterização do meio físico abrangendo: Condições climáticas; Geomorfologia do entorno; Pedologia local; análise dos recursos hídricos do local de implantação e entorno, classificação dos corpos d'água utilizados e verificação dos parâmetros elencados pela Resolução CONAMA 357/2005 (parâmetros mínimos: PH, temperatura, transparência, oxigênio dissolvido, fósforo total, compostos nitrogenados, DBO, coliformes termotolerantes); entre outros aspectos.

5 – Caracterização do meio biótico (identificação da fauna aquática e terrestre da área de influência, identificando as espécies exóticas e alóctones estabelecidas no meio aquático; identificação das espécies aquáticas com valor econômico, raras endêmicas e ameaçadas de extinção; Caracterização da vegetação do entorno, com descrição das Áreas de Preservação Permanente; identificar as unidades de conservação presentes na região e a distância dos empreendimentos em relação à elas; entre outros aspectos.

6 - Caracterização do meio sócio-econômico (descrição dos aspectos da população do entorno, descrição das áreas rurais e urbanas próximas; descrição dos tipos de uso e ocupação do solo do entorno; identificação das áreas e rotas utilizadas para navegação, lazer e turismo; identificação das áreas preferenciais utilizadas para a pesca extrativa e esportiva no entorno; entre outros aspectos.

7 - Identificar, mensurar e avaliar os impactos ambientais nas fases de instalação, operação e desativação do empreendimento, dentre outros;

8 - Medidas Mitigadoras e compensatórias: com base na avaliação dos possíveis impactos ambientais do empreendimento deverão ser propostas as medidas que venham

a minimizá-los, maximizá-los, compensá-los ou eliminá-los, podendo ser consubstanciado em Programas Ambientais.
9 - Informar quais medidas serão tomadas para manutenção dos padrões de qualidade da água estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 357/2005
10 - Espécies Cultivadas: - certificação de origem das formas jovens (alevinos, sementes, larvas, pós-larvas) emitido por fornecedor registrado na SEAP/PR. - Documento comprobatório da presença da(s) espécie(s) exóticas e alóctones na bacia hidrográfica ou no mar, em nível regional, por instituições oficiais.
10.1 - Métodos de controle da disseminação de espécies exóticas e alóctones a serem empregados durante o cultivo (quando couber)
11 - Resíduos: - Informar sobre a geração, coleta e disposição final dos resíduos produzidos no empreendimento. -Quantidade aproximada de resíduos sólidos a serem gerados por tonelada de organismos cultivados (fezes, restos de alimentos e outros que se fizerem necessários - Formas a serem utilizadas para minimização das perdas de ração para o ambiente.
12 - Uso de substâncias de valor profilático ou terapêutico, com registros legais
13 - Técnicas de contingenciamento para controle de pragas e doenças:
14 - Anexar ao Relatório Ambiental pelo menos quatro fotografias do local das obras que permitam uma visão ampla das condições locais.

ANEXO IV

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL – PCA

EMPREENDIMENTOS AQUICOLAS

1- Apresentação dos Dados do empreendedor e do Responsável Técnico do empreendimento

2- Localização do empreendimento:

- Mapeamento com localização do empreendimento, com seu georreferenciamento, indicação do projeto e cursos hídricos, Áreas de Preservação Permanente, e croquis de acesso;
- Planta de localização abrangendo o empreendimento e sua área de influência, em escala adequada, indicando a delimitação, as áreas de aquicultura, os núcleos

habitacionais do entorno, as vias de acesso, os espaços intermediários para uso múltiplo, e a hidrografia da região de entorno, entre outros itens pertinentes;

3 - Justificativas técnicas econômicas da escolha da localização e delimitação propostas o empreendimento aquícola

4 - Alternativas tecnológicas e de localização do projeto

5 – Características técnicas do empreendimento

- Exposição quali-quantitativa da mão-de-obra a ser utilizada;
- Descrição e justificativa da distribuição e do número de estruturas de cultivos propostos;
- Métodos e técnicas de povoamento e manejo alimentar (periodicidade da oferta, nível protéico da ração, taxa de assimilação protéica, taxa de conversão alimentar esperada e mecanismos para evitar perdas da ração, etc), quando couber;
- Manejo das estruturas de cultivo durante o processo de produção;
- Métodos e técnicas de despesca;
- Métodos de controle da disseminação de espécies exóticas e alóctones, quando couber;
- Parâmetros monitorados – indicar pontos de coleta e parâmetros, valores limites e técnicas de determinação utilizadas para o monitoramento da qualidade da água.

6 – Descrição da Infra-estrutura associada a ser utilizada pelos produtores;

- vias de acesso;
- construções de apoio;
- depósitos de armazenamento de insumos e da produção;
- Entre outros.

7 - Caracterização do meio físico abrangendo:

- Condições climáticas;
- Geomorfologia do entorno;
- Pedologia local;
- análise dos recursos hídricos do local de implantação e entorno,
- classificação dos corpos d'água utilizados e verificação dos parâmetros elencados pela Resolução CONAMA 357/2005 (parâmetros mínimos: PH, temperatura, transparência, oxigênio dissolvido, fósforo total, compostos nitrogenados, DBO, coliformes termotolerantes); entre outros aspectos.
- Mapeamento georreferenciado dos recursos hídricos na área de influência direta, em escala compatível, com resolução mínima de 30 metros, e indicação das áreas constituintes do empreendimento;

8 – Caracterização do meio biótico:

- identificação da fauna aquática e terrestre da área de influência, identificando as espécies exóticas e alóctones estabelecidas no meio aquático;
- identificação das espécies aquáticas com valor econômico, raras endêmicas e ameaçadas de extinção;

- Caracterização da vegetação do entorno, com descrição das Áreas de Preservação Permanente;
- Mapeamento georreferenciado da vegetação do entorno do corpo d'água e Áreas de Preservação Permanente, em escala compatível, com resolução mínima de 30 metros, e indicação das áreas constituintes dos parques aquícolas; e
- identificar as unidades de conservação presentes na região e a distância dos empreendimentos em relação à elas;
- entre outros aspectos.

9 - Caracterização do meio sócio-econômico

- descrição dos aspectos da população do entorno,
- descrição das áreas rurais e urbanas próximas;
- descrição dos tipos de uso e ocupação do solo do entorno (agricultura, áreas urbanizadas, industriais, etc);
- identificação das áreas utilizadas para lazer e turismo;
- identificação das áreas preferenciais utilizadas para a pesca extrativa e esportiva no entorno;
- entre outros aspectos.

10 - Identificar, mensurar e avaliar os impactos ambientais nas fases de instalação, operação e desativação do empreendimento, dentre outros;

11 - Medidas Mitigadoras e compensatórias: com base na avaliação dos possíveis impactos ambientais do empreendimento deverão ser propostas as medidas que venham a minimizá-los, maximizá-los, compensá-los ou eliminá-los, podendo ser consubstanciadas em Programas Ambientais.

12.1 - Informar quais medidas serão tomadas para manutenção dos padrões de qualidade da água estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 357/2005
13 - Espécies Cultivadas: <ul style="list-style-type: none"> - certificação de origem das formas jovens (alevinos, sementes, larvas, pós-larvas) emitido por fornecedor registrado na SEAP/PR. - Documento comprobatório da presença da(s) espécie(s) na bacia hidrográfica ou no mar, em nível regional, por instituições oficiais.
13.1 - Métodos de controle da disseminação de espécies exóticas e alóctones a serem empregados durante o cultivo (quando couber)
14 - Resíduos: <ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre a geração, coleta e disposição final dos resíduos produzidos no empreendimento. - Quantidade aproximada de resíduos sólidos a serem gerados por tonelada de organismos cultivados (fezes, restos de alimentos e outros que se fizerem necessários) - Formas a serem utilizadas para minimização das perdas de ração para o ambiente.
15 - Uso de substâncias de valor profilático ou terapêutico, com registros legais
16 - Técnicas de contingenciamento para controle de pragas e doenças:
17 - Anexar ao Plano de Controle Ambiental menos quatro fotografias do local das obras que permitam uma visão ampla das condições locais.

ANEXO V

PLANO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

PARÂMETROS MÍNIMOS

1 - ESTAÇÕES DE COLETA

Apresentar plano de monitoramento da água e efluentes, definindo os pontos de coleta em plantas georreferenciadas, em escala compatível com o projeto e estabelecendo a periodicidade de amostragem.

1.1.1 Para empreendimentos localizados em bases terrestres;

- No ponto de captação;
- Do efluente, no seu ponto de lançamento;
- À jusante do ponto de lançamento dos efluentes;
- À montante do ponto de lançamento dos efluentes.

1.1.2 Para empreendimentos localizados diretamente no corpo hídrico.

Ponto central da área aquícola e monitoramento ao longo do sentido predominante das correntes, antes e depois do ponto central.

2 - PARÂMETROS DE COLETA

2.1 - Parâmetros hidrobiológicos.

- parâmetros elencados pela Resolução CONAMA 357/2005 (parâmetros mínimos: Material em suspensão (mg/l); Transparência (Disco de Secchi - m); Temperatura (°C); Salinidade (ppt); OD (mg/l); DBO, pH; Amônia-N; Nitrito-N; Nitrato-N (mg/l); Fosfato-P (mg/l) e Silicato-Si, Clorofila "a" e coliformes termotolerantes.(Anna Paola / ANA)

Nota 1: Os dados de monitoramento devem estar disponíveis quando solicitados pelos órgãos competentes;

Nota 2: Dependendo da análise dos dados apresentados, outros parâmetros hidrobiológicos podem ser acrescentados ou retirados do plano de monitoramento, a critério do órgão ambiental competente.

3 - CRONOGRAMA

Apresentar cronograma de execução do Plano de Monitoramento durante o período de validade da Licença de Operação.

4 - RELATÓRIO TÉCNICO

Apresentar os relatórios técnicos dos parâmetros hidrobiológicos com todos os dados analisados e interpretados, de acordo com a frequência estabelecida pelo órgão ambiental competente. no qual deverão

constar as principais alterações ambientais, decorrentes do empreendimento, bem como fazer comparações com as análises anteriores